



**Prefeitura Municipal do Natal/RN
Secretaria Municipal de Trabalho e
Assistência Social - SEMTAS**

**CONCURSO PÚBLICO
Nº 001/2016**



Educador Social

Manhã

Organizadora:



CARGO: EDUCADOR SOCIAL

Conheça Aris, que se divide entre socorrer e fotografar náufragos

Profissional da AFP diz que a experiência de documentar o sofrimento dos refugiados deixou-o mais rígido com as próprias filhas.

O grego Aris Messinis é fotógrafo da agência AFP em Atenas. Cobriu guerras e os protestos da Primavera Árabe. Nos últimos meses, tem se dedicado a registrar a onda de refugiados na Europa. Ele conta em um *blog* da AFP, ilustrado com muitas fotos, como tem sido o trabalho na ilha de Lesbos, na Grécia, onde milhares de refugiados pisam pela primeira vez em território europeu. Mais de 700.000 refugiados e imigrantes clandestinos já desembarcaram no litoral grego este ano. As autoridades locais estão sendo acusadas de não dar apoio suficiente aos que chegam pelo mar, e há até a ameaça de suspender o país do Acordo *Schengen*, que permite a livre circulação de pessoas entre os Estados-membros.

Messinis diz que o mais chocante do seu trabalho é retratar, em território pacífico, pessoas que trazem no rosto o sofrimento da guerra. “Só de saber que você não está em uma zona de guerra torna isso ainda mais emocional. E muito mais doloroso”, diz *Messinis*. Numa guerra, o fotógrafo também corre perigo, então, de certa forma, está em pé de igualdade com as pessoas que protagonizam as cenas que ele documenta. Em Lesbos, não é assim. Ele está em absoluta segurança. As pessoas que chegam estão lutando por suas vidas. Não são poucas as que morrem de hipotermia mesmo depois de pisar em terra firme, por falta de atendimento médico.

Exatamente por causa dessa assimetria entre o fotógrafo e os protagonistas de suas fotos, muitas vezes *Messinis* deixa a câmera de lado e põe-se a ajudá-los. Ele se impressiona e se preocupa muito com os bebês que chegam nos botes. Obviamente, são os mais vulneráveis aos perigos da travessia. *Messinis* fotografou os cadáveres de alguns deles nas pedras à beira-mar.

O fotógrafo grego diz que a experiência de ver o sofrimento das crianças refugiadas deixou-o mais rígido com as próprias filhas. As maiores têm 9 e sete anos. A menor, 7 meses. Quando vê o que acontece com as crianças que chegam nos botes, *Messinis* pensa em como suas filhas têm sorte de estarem vivas, de terem onde morar e de viverem num país em paz. Elas não têm do que reclamar.

(Por: Diogo Schelp 04/12/2015. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/a-boa-e-velha-reportagem/conheca-aris-que-se-divide-entre-socorrer-e-fotografar-naufragos/>.)

01

O título do texto enumera duas ações entre as quais Aris – fotógrafo apresentado no texto – se divide. A partir da estrutura escolhida para transmitir tal informação, é correto afirmar que tais ações

- A) são complementares tendo em vista seus objetivos.
- B) possuem aspectos diferentes, mas ocorrem no mesmo contexto.
- C) são dependentes entre si, independente do contexto apresentado.
- D) contrastam-se considerando as características próprias de cada uma.

02

O texto apresenta-se em uma linguagem predominantemente informativa. Contudo, além de apresentar os fatos, há demonstração de análise subjetiva do autor no seguinte trecho em destaque:

- A) “Obviamente, são os mais vulneráveis aos perigos da travessia.” (3º§)
- B) “Nos últimos meses, tem se dedicado a registrar a onda de refugiados na Europa.” (1º§)
- C) “Não são poucas as que morrem de hipotermia mesmo depois de pisar em terra firme, por falta de atendimento médico.” (2º§)
- D) “*Messinis* diz que o mais chocante do seu trabalho é retratar, em território pacífico, pessoas que trazem no rosto o sofrimento da guerra.” (2º§)

03

Dentre os recursos utilizados pelo autor, é correto afirmar acerca do trecho “Só de saber que você não está em uma zona de guerra torna isso ainda mais emocional. E muito mais doloroso” [...] (2º§), em discurso direto, que sua principal função é

- A) conferir credibilidade ao texto e ampliar a informação apresentada.
- B) apresentar diferentes pontos de vista, além de um conhecimento maior do assunto.
- C) destacar uma informação e caracterizá-la com um alto nível de relevância para o leitor.
- D) despertar o interesse do leitor pelo assunto tratado, apresentando o fato objetivamente.

04

O uso do imperativo no título do texto orienta o leitor a determinada ação. Sobre o emprego descrito anteriormente, considerando-se a situação de produção do enunciado, é correto afirmar que

- A) ocorre a conjugação do imperativo na segunda pessoa verbal, caracterizando a norma-padrão da língua.
- B) em situações formais, conforme apresentado, utiliza-se o verbo na segunda ou terceira pessoa do imperativo.
- C) a utilização do verbo na terceira pessoa do imperativo está de acordo com a norma-padrão, caracterizando uma situação formal.
- D) em situações informais, conforme apresentado, ocorre uma mistura entre as pessoas do discurso, sendo o imperativo conjugado na segunda pessoa verbal.

05

Considerando-se o significado das palavras no contexto apresentado, é correto afirmar que os vocábulos destacados poderiam ser substituídos pelos termos sugeridos, com EXCEÇÃO de:

- A) *Absoluta* (2º§) – plena.
- B) *Chocante* (2º§) – impactante.
- C) *Assimetria* (3º§) – integração.
- D) *Vulneráveis* (3º§) – suscetíveis.

06

No segundo parágrafo é apresentada a atual situação do grego *Aris Messinis* no trecho “*Em Lesbos, não é assim. Ele está em absoluta segurança. As pessoas que chegam estão lutando por suas vidas. Não são poucas as que morrem de hipotermia mesmo depois de pisar em terra firme, por falta de atendimento médico*”. Acerca das informações apresentadas no trecho destacado, pode-se afirmar que:

- A) Ao estabelecer um paralelo entre a situação de *Aris Messinis* e das pessoas por ele retratadas, pode-se afirmar que há uma oposição.
- B) Há uma comparação apontando aspectos semelhantes entre a segurança de *Aris Messinis* e a luta pela vida das pessoas por ele retratadas.
- C) A expressão “*absoluta segurança*” é uma expressão que recorre a um exagero para produzir um efeito expressivo em relação à situação de *Aris Messinis*.
- D) O termo “*lutando*” é empregado com o objetivo de demonstrar um eufemismo na caracterização da ação das pessoas retratadas por *Aris Messinis*.

07

A palavra “*se*” possui inúmeras classificações e funções. Acerca das ocorrências do termo “*se*” em “*Exatamente por causa dessa assimetria entre o fotojornalista e os protagonistas de suas fotos, muitas vezes Messinis deixa a câmera de lado e põe-se a ajudá-los. Ele se impressiona e se preocupa muito com os bebês que chegam nos botes.*” (3º§) pode-se afirmar que

- A) possuem o mesmo referente.
- B) ligam orações sintaticamente dependentes.
- C) apenas o primeiro “*se*” é pronome apassivador.
- D) apenas o último “*se*” é uma conjunção integrante.

08

O tempo verbal utilizado na seguinte oração do texto: “*O grego Aris Messinis é fotógrafo da agência AFP em Atenas.*” indica

- A) concomitância entre os fatos apresentados.
- B) que o fato apresentado possui características de ser provável.
- C) a intenção do enunciador de demonstrar polidez em um texto formal.
- D) a atualidade do fato apresentado considerando-se o texto apresentado.

09

Na construção do texto, a coerência e a coesão são de fundamental importância para que sua compreensão não seja comprometida. Alguns elementos são empregados de forma efetiva e explícita com tal propósito. Nos trechos a seguir foram destacados alguns elementos cuja função anafórica contribui para a coesão textual, com EXCEÇÃO de:

- A) “[...] pessoas que trazem no rosto o sofrimento da guerra.” (2º§)
- B) “Ele conta em um blog da AFP, ilustrado com muitas fotos [...]” (1º§)
- C) “O fotógrafo grego diz que a experiência de ver o sofrimento [...]” (4º§)
- D) “[...] onde milhares de refugiados pisam pela primeira vez em território europeu.” (1º§)

10

Ao substituir “perigos da travessia” por “travessia”, mantendo-se a norma padrão da língua, em “Obviamente, são os mais vulneráveis aos perigos da travessia.” (3º§) ocorreria:

- A) Facultativamente, o emprego do acento grave, indicador de crase.
- B) A substituição de “aos” por “a”, pois o termo regido teria sido modificado.
- C) Obrigatoriamente, o emprego do acento grave, indicador de crase, substituindo-se “aos” por “à”.
- D) A substituição de “aos” por “a”, já que o termo regente passaria a não exigir o emprego da preposição.

LEGISLAÇÃO

11

Sobre o financiamento da seguridade social, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei.
- B) São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
- C) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total ou parcial.
- D) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

12

Sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.
- B) Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.
- C) Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, ambas baseadas no mérito.
- D) Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

13

Sobre o tratamento que o Estatuto da Criança e do Adolescente dá ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- B) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada três meses.
- C) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de dois anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- D) Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial.

14

“De acordo com a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, o Benefício de Prestação Continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com ____ anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. Estatui ainda que considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal *per capita* seja inferior a ____ do salário-mínimo.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) 60 / 1/3
- B) 65 / 1/4
- C) 70 / 1/2
- D) 75 / 1/4

20

Lançado em agosto de 2015, no bairro de Mãe Luiza, o novo Programa do Leite Potiguar (PLP) passou a ter gestão compartilhada entre dois organismos do Governo do Rio Grande do Norte. A Sethas-RN que ficou encarregada pelos beneficiários, com foco em famílias em situação de extrema pobreza, e o(a):

- A) Sesap – RN, responsável pelo gerenciamento do material a ser distribuído aos beneficiados.
- B) Emater – RN, responsável pelos recursos, pagamentos e pela assistência técnica aos produtores.
- C) SAPE – RN, que administra a aquisição dos produtos diretamente dos produtores rurais do Estado cadastrados no Programa.
- D) Ministério da Assistência Social e Combate à Fome que financia todo o projeto, fornecendo os recursos para aquisição e distribuição dos produtos.

21

Uma Lei sancionada no final de 2015 pela presidente *Dilma Rousseff*, originária do projeto de Lei proposto em 2010 pelo deputado federal Márcio Marinho (PRB-BA), dobrou a pena prevista no Código Penal para crime de estelionato, caso a vítima seja

- A) deficiente físico.
- B) maior de 60 anos.
- C) menor de 18 anos.
- D) instituição religiosa.

22

Uma das principais disciplinas da educação básica brasileira precisa ter mais avanço no que tange a aprendizado no Brasil. O estudo, intitulado *Alunos de baixo desempenho: por que ficam para trás e como ajudá-los?*, divulgado em início de 2016, faz uma nova análise das séries de dados do último estudo PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, publicado no final de 2013, com dados de 2012. Segundo o estudo amplamente divulgado, em matemática, o Brasil:

- I. É um dos países que mais reduziu o número de alunos sem conhecimentos básicos.
- II. Totalizou uma pontuação bem inferior a média dos países da Organização realizadora deste estudo.
- III. É um dos últimos colocados em um *ranking* de competências entre as nações pesquisadas pela PISA.

É correto o que se afirma somente em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e III, apenas.

23

Com o lema “Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca”, a Campanha da Fraternidade 2016, uma parceria da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – e o Conselho Nacional de Igrejas Cristã (Conic) trata de um tema de grande importância para o cenário social, político e econômico do Brasil. Trata-se do(a):

- A) Escassez de água.
- B) Saneamento básico.
- C) Corrupção na política.
- D) Defesa do meio ambiente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

24

A Política Nacional de Assistência Social é elaborada na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que materializa o conteúdo da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, cujos objetivos e resultados devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social. “O SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas conforme aqui descritos.” Acerca dos itens relacionados aos eixos estruturantes e de subsistemas supracitados, marque V para os verdadeiros e F para os falsos.

- () Desafio da participação popular/cidadão usuário.
- () Financiamento.
- () Informação, monitoramento e avaliação.
- () Permanência de antigas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil.
- () Matricialidade sociofamiliar.

A sequência está correta em

- A) F, F, F, V, F.
- B) F, V, V, V, V.
- C) V, V, V, F, V.
- D) V, V, V, V, V.

25

Nos termos da Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que trata da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, “a garantia de proteção socioassistencial compreende”:

- A) Não submissão do usuário a situações de subalternização.
- B) Busca ativa e identificação realizadas pelas equipes técnicas do SUAS e de forma articulada com as demais políticas públicas.
- C) Reafirmação da assistência social como política de seguridade social, independente da intersetorialidade com as demais políticas públicas para a efetivação da proteção social.
- D) Aprovar as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS para União, Estados, Distrito Federal e Municípios com vistas à erradicação do trabalho infantil, conforme as Convenções nº 138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

26

Nos termos da Lei nº 8.742/1993 – LOAS, no Capítulo II, dos Princípios e das Diretrizes, assinale, a seguir, um dos princípios que rege a Assistência Social.

- A) Supremacia do atendimento às exigências econômicas.
- B) Centralização político-administrativa e comando único das ações na esfera do governo federal.
- C) Primazia da responsabilidade dos governos dos estados e do Distrito Federal na condução da política de assistência social.
- D) Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.

27

Segundo a Resolução MDS nº 07, de 10 de setembro de 2009, Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), “compete aos Municípios e ao Distrito Federal no que diz respeito à Implementação da Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS”, EXCETO:

- A) Manter, para os CRAS e CREAS, sigilo sobre o mapeamento atualizado da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais.
- B) Garantir a articulação da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial com a Coordenação Municipal e do Distrito Federal do Programa Bolsa Família para a implementação e o monitoramento da Gestão Integrada.
- C) Mapear a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos, bem como as potencialidades sociais presentes nos territórios, definindo estratégias proativas para o desenvolvimento das potencialidades e para a prevenção e o enfrentamento das contingências sociais.
- D) Fortalecer o papel de gestão territorial da PSB do CRAS, bem como de oferta, articulação e de referência dos serviços socioassistenciais nos territórios e para tanto: instituir, nos termos dos convênios firmados, que as entidades prestadoras de serviços socioassistenciais do território destinem ao menos 60% de sua capacidade de atendimento aos usuários encaminhados pelo CRAS; estabelecer espaços de regulação e aperfeiçoamento dos fluxos de articulação da rede socioassistencial local; e, estabelecer fluxos de articulação do CRAS, no seu território de abrangência, com os serviços das demais políticas públicas.

28

O Decreto Federal nº 3.597/2000 (Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil) promulga a Convenção nº 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para a sua Eliminação. Na convenção, a expressão “Piores Formas de Trabalho Infantil” abrange, EXCETO:

- A) O trabalho doméstico.
- B) O trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças.
- C) A utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de entorpecentes, tais como os definidos nos tratados internacionais pertinentes.
- D) Todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, tais como a venda e tráfico de crianças, a servidão por dívidas e a condição de servo, e o trabalho forçado ou obrigatório, inclusive o recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados.

29

Nos termos do Caput do Art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente, “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. Para tal, a Lei assegura cinco direitos. Assinale o INCORRETO.

- A) Desenvolver atividades lúdicas.
- B) Organização e participação em entidades estudantis.
- C) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- D) Contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.

30

Nos termos da Lei nº 8.069/1990 – ECA, Capítulo V, Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, Caput do Art. 67 e seus itens de I a IV, é correto afirmar que adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental:

- A) Poderá realizar trabalho em qualquer período do dia, desde que esteja acompanhado do seu responsável.
- B) Poderá realizar trabalho em horário coincidente com o da escola, desde que autorizado pela Direção da mesma.
- C) É vedado trabalho em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.
- D) É vedado trabalho realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, salvo se forem assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

31

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, propõe ações estratégicas, detalhadas através de diversos eixos. É correto afirmar que nos termos do eixo “proteção social para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias”;

- A) **I.** Busca ativa e identificação realizadas pelas equipes técnicas do SUAS e de forma articulada com as demais políticas públicas; **II.** Registro obrigatório no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único de crianças e adolescentes e suas famílias identificadas em situação de trabalho infantil.
- B) **I.** Articulação com as Superintendências, Gerências e Agências Regionais do Trabalho e Emprego para fomento das ações de fiscalização; **II.** Acompanhamento das famílias com aplicação de medidas protetivas; **III.** Articulação com o Poder Judiciário e Ministério Público para garantir a devida aplicação de medida de proteção para crianças e adolescente em situação de trabalho infantil; e **IV.** Articulação com os Conselhos Tutelares para garantir aplicação de medida de proteção para a criança e o adolescente em situação de trabalho infantil.
- C) **I.** Transferência de renda; **II.** Inserção das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias, registradas no Cadastro Único, em serviços socioassistenciais; **III.** Encaminhamento das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias, registradas no Cadastro Único para os serviços de saúde, educação, cultura, esporte e lazer; **IV.** Encaminhamento das famílias de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil para as ações de inclusão produtiva. Parágrafo único. O inciso III do *caput* compreenderá ações intersetoriais para garantia integral da proteção social.
- D) **I.** Sensibilização dos diversos atores e segmentos sociais constituídos que são afetos a desenvolver ações de erradicação do trabalho infantil; **II.** Mobilização social dos agentes públicos, movimentos sociais, centrais sindicais, federações, associações e cooperativas de trabalhadores e empregadores para as ações de erradicação do trabalho infantil; **III.** Realização de campanhas voltadas principalmente para difundir os agravos relacionais e de saúde no desenvolvimento de crianças e adolescente sujeitas ao trabalho infantil, considerando as principais ocupações identificadas; **IV.** Apoio e acompanhamento da realização de audiências públicas promovidas pelo Ministério Público para firmar compromissos para com a finalidade de erradicar o trabalho infantil nos territórios.

32

De acordo com Mioto (2010, p. 45), “assistimos, ao longo do tempo, à interferência do Estado nas famílias através de três grandes linhas”. Correspondem às grandes linhas abordadas pela autora, EXCETO:

- A) Das políticas demográficas, tanto na forma de incentivo à natalidade quanto na forma de controle de natalidade.
- B) Da cultura prevalentemente assistencialista no âmbito das políticas e dos serviços destinados a dar sustentabilidade à família como unidade.
- C) Da difusão de uma cultura de especialistas nos aparatos policiais e assistenciais do Estado destinados especialmente às classes populares.
- D) Da legislação através da qual se definem e regulam as relações familiares, tais como idade mínima do casamento, obrigatoriedade escolar, deveres e responsabilidades dos pais, posição e direitos dos cônjuges.

37

Nos termos do Art. 2º, da Portaria MDS nº 666, de 28 de dezembro de 2005, no que diz respeito aos “Objetivos e às Formas de Integração entre o PBF e o PETI”, assinale a alternativa correta.

- A) Favorecer as famílias que possuem benefícios do PETI.
- B) Bloqueio de benefícios financeiros, em caso de trabalho infantil para família usuária do PETI.
- C) Ampliação da cobertura do atendimento das crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil do PETI.
- D) Limitar a participação de crianças e adolescentes em atividades socioeducativas e de convivência do PETI, nos casos de comprovada ocorrência de trabalho infantil.

38

“Conseguimos compreender, portanto, porque o trabalhador foge do trabalho como de uma peste e o poeta nos canta: ‘trabalhar é minha sina, eu gosto mesmo é d’ocê’. Por isso, diante da bombástica afirmação sobre o ‘fim do trabalho’, nós reagiriamos marcando uma festa para celebrar a emancipação. Mas as coisas não são bem assim.”

(Iasi, 2013, p. 56.)

Tendo como referência o debate apresentado pelo autor, assinale a afirmativa correta.

- A) A emancipação plenamente humana é o reino dos direitos: temos direito à educação, à saúde, à moradia, a um meio ambiente saudável no trabalho. No entanto, como criaturas insaciáveis, os trabalhadores, além dos direitos, gostariam muito de ter também educação, saúde, moradia e todas essas coisas.
- B) Substantivar os direitos, recheiar de carne real a abstração da igualdade jurídica, na qual todos têm direito à propriedade, mas pouquíssimos a têm de fato, pressupõe mais que um ato jurídico ou mesmo político; pressupõe conservar as bases do trabalho alienado/estranhado, isto é, a propriedade privada e uma certa divisão social do trabalho fundada na mercantilização da vida elevada à sua máxima potencia sob o capital.
- C) Sob a forma capitalista, o limite da emancipação é a igualdade formal perante a lei e a liberdade constrangida pelo Estado, isto é, podemos no máximo normatizar as relações entre o capital e trabalho, mas estamos impedidos de tocar nas determinações profundas que dividem o gênero humano entre aqueles que se apropriam dos meios de produção e aqueles que são condenados a vender sua força de trabalho, produzindo a riqueza que por poucos será fruída.
- D) As pessoas, na atual divisão social do trabalho, diante da mercantilização total da vida, são obrigadas a vender sua força de trabalho e a vendê-la quando consegue e aonde consegue. Estão, portanto, subordinadas a uma escravizante divisão do trabalho. Só podemos falar em emancipação política na medida em que os produtores livremente associados possam de fato escolher o ponto em que irão se inserir em uma divisão do trabalho, o que pressupõe uma certa heterogeneidade das formas particulares que compõem o trabalho social total.

39

Santos (2010, p. 83), afirma que “(...) a teoria não gera instrumentos próprios. O que seria, então, a relação possível entre teoria e instrumentos? A teoria empresta à prática o conhecimento da realidade, a qual é o objeto da transformação; o conhecimento dos meios e de sua utilização, os quais permitem a transformação; o conhecimento da prática acumulada, em forma de teoria; e uma finalidade ideal, que antecipa os resultados objetivos a atingir, o projeto, cujos resultados reais não correspondem às finalidades ideais”. Nesse sentido, é correto afirmar que

- A) no processo real é que surgem as finalidades, a busca dos meios e a aplicação dos meios, pois não basta escolher os meios, é preciso aplicá-los.
- B) o trabalho para se realizar pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios.
- C) aplicar os meios requer conhecer os instrumentos, ter habilidades para utilizá-los, capacidade para criá-los e escolher os mais adequados às finalidades postas.
- D) se a teoria não oferece os instrumentos e técnicas de intervenção propriamente ditos, ela pode oferecer subsídios para que eles sejam escolhidos, criados e utilizados.

40

“De acordo com Santos, Filho e Backx (2012) e com Santos e Noronha (2011), consensualmente, são entendidos como os principais instrumentos de intervenção profissional utilizados pelo assistente social: _____, _____ e _____.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) relatório / parecer / evolução
- B) entrevista / grupo / visita domiciliar
- C) observação / relacionamento / abordagem
- D) informação / documentação / encaminhamento

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de 1 (um) estudo de caso.
- Para a Prova Discursiva, o candidato deverá formular texto com extensão mínima de 20 (vinte) e máxima de 30 (trinta) linhas. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que não atingir a extensão mínima ou ultrapassar a extensão máxima permitida.
- A Prova Discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de ponta grossa e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim, nos termos do Edital. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal do IDECAN devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado no item anterior, bem como no caso de identificação em local indevido.
- A Prova Discursiva terá o valor de 20 (vinte) pontos.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA		
Critérios	Elementos da Avaliação	Total de pontos por critério
Aspectos Formais e Aspectos Textuais	Observância das normas de ortografia, pontuação, concordância, regência e flexão, paragrafação, estruturação de períodos, coerência e lógica na exposição das ideias.	8 pontos
Aspectos Técnicos	Pertinência da exposição relativa ao tema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao conteúdo programático proposto. Clareza teórica da exposição e conhecimentos técnicos relativos ao tema, considerando conceitos éticos e as normas jurídicas vigentes em relação ao exercício da função pública almejada.	12 pontos
TOTAL DE PONTOS		20 pontos

Segundo Simas e Ruiz (2015, p. 86 e 87), “podemos entender que o campo dos *direitos* em nossa sociedade guarda uma série de paradoxos. (...) Há, portanto, uma tendência ao tratamento do lado mais aguçado da luta de classes: para os ‘bons pobres’, assistencialismo; para os ‘maus pobres’, a repressão que se expressa no encarceramento e nos homicídios em massa. Há um acentuado grau de aprofundamento da desigualdade social, da repressão militarizada às expressões mais aviltantes da ‘questão social’, em cenário agudo no processo de crescimento econômico brasileiro, conjugado com as mais aviltantes formas de violência”.

Frente ao cenário apresentado e baseando-se no debate de Simas e Ruiz (2015, p. 87 e 88), de que forma o profissional deve portar-se frente às “práticas cotidianas que naturalizam violações de direitos humanos”, diante da “tendência à banalização do instrumento do encarceramento, da tortura, do recolhimento compulsório de pessoas em situação de rua ou usuários de álcool e drogas, pautada por concepções moralizadoras, individualistas e arbitrarias” ou, ainda, ao deparar-se com a “omissão no contato com uma situação de violência institucional em que se opta pelo silêncio ao invés de se utilizar de mecanismos de denúncias, ainda que anônimos”?

ESTUDO DE CASO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

INSTRUÇÕES

1. Material a ser utilizado: caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e devidamente identificado.
2. Não é permitida, durante a realização das provas, a utilização de calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não é permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, calculadora, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo etc.
3. Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e fumar.
4. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Texto Definitivo.
5. Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada sofrer revista através de detector de metais. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário. Caso ocorra uma emergência, o fiscal deverá ser comunicado.
6. O Caderno de Provas consta de 40 (quarenta) itens de múltipla escolha e um estudo de caso. Leia-o atentamente.
7. **Os itens das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 04 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.**
8. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Texto Definitivo que lhe foram fornecidos estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
9. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. O candidato poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo, não poderá levar consigo o Caderno de Provas, sendo permitida essa conduta apenas no decurso dos últimos 60 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação das provas, deverá assinar um termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo Coordenador da Unidade.

RESULTADOS E RECURSOS

- As provas aplicadas, assim como os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no *site* www.idecan.org.br, a partir das 16h00min do dia subsequente ao da realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 02 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente à divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no *site* www.idecan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao IDECAN, conforme disposições contidas no *site* www.idecan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.